



# Anais da Assembléia

Nº 103

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1980

ANO VI

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1980  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Darcy Deitos e Mário Celso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, David Cheriegate, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Mário Celso, Nilso Sguarezi, Palácios, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Valduga, Werner Wanderer e Gilberto Agibert Filho (34); achando-se ausentes os Senhores Deputados Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacii, Aguinaldo Pereira Lima, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, Del Ciel, Fiori Luiz, Gernote Kirinus, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Paulo Camargo, Pinto Dias, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi e Wilson Fortes (24).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Mensagem:

MENSAGEM 059/80: do Senhor Governador do Estado, encaminhando a este Poder Legislativo, PROPOSTA DE ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS para o triênio 1981/1983. — Ao Departamento Legislativo.

#### Ofício:

Da Família ALMEIDA BARBOSA, acusando o recebimento do ofício enviado pela Mesa desta Casa, no qual o Deputado CARLOS ZANLORENZI, apresenta voto de pesar pelo falecimento da Senhora CARLOTA BARBOSA. —

Ao conhecimento da Casa.

#### Emenda:

##### EMENDA

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48/80

Inclua-se, onde couber:

“Art. — Os cargos de provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo pertencentes à Simbologia Geral “DAS-5”, passam a pertencer à Simbologia “DAS-4”.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1980.

(aa) ANTÔNIO FACCI e EZEQUIAS LOSSO

APOIAMENTO: Airtton Cordeiro, David Cheriegate, João Mansur, Tércio Albuquerque, Valduga, Egon Pudell e Palácios.

JUSTIFICATIVA:

Alterando-se, como se pretende a simbologia dos cargos de provimento em Comissão do Quadro de Pessoal deste Poder, justo é que a hierarquia desta mesma simbologia acompanhe em proporção da alteração proposta pelo presente projeto de resolução.

Nestas condições, é que propomos a presente Emenda, que temos certeza, irá abranger e novamente estabelecer uma escala hierárquica aos cargos de provimento em Comissão, desta Casa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ MARIA HEOFACKER, ocorrido no dia 14 de setembro de 1980, aos 42 anos de idade, nesta Capital.

Requer, outrossim, que se dê conhecimento a seus familiares, na Rua Albano Reis, 203.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1980.

(a) JURANDIR MESSIAS

APOIAMENTO: José Domingos e Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Nascido na cidade de Curitiba, José Maria Heofacker desempenhou suas atividades públicas sempre com os maiores princípios de honestidade; foi funcionário do Tribunal de Justiça, atualmente adido na Assembléia Legislativa do Estado, à qual prestou relevantes serviços como assessor deste Poder.

Seu desaparecimento, aos 42 anos de idade, causou um profundo abalo nos meios sociais, bem como entre seus amigos e familiares, aos quais nos unimos consternados neste momento de tristeza e pesar.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta Capital, do jovem RAMON FRAIZ CALIXTO.

O extinto era filho do Sr. Argemiro Iglesias Fraiz, residente nesta Capital, na Rua Governador Agamenon Magalhães, 150, no Cajuru.

Tal passamento consternou profundamente a sociedade curitibana, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que o extinto angariou durante sua vida no setor familiar e privado.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, pelo seu progenitor e pelo Sr. Aquiles Vanzeli, Prefeito Municipal de Pinhalão.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1980.

(a) GABRIEL MANOEL

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, votos de aplausos e congratulações ao jornal “Indústria e Comércio”, que em data de hoje comemora sua milésima edição.

Requer, igualmente, que da deliberação da Assembléia,

seja dada ciência ao Diretor responsável do referido jornal, Sr. Odone Fortes Martins, à Rua Mal. Deodoro, 469 — 2º andar.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1980.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

Fundado em 02 de setembro de 1976, o jornal "Indústria e Comércio", voltado para o empresário, focaliza em suas páginas assuntos econômicos e financeiros de repercussão estadual, nacional e internacional, entrelaçando a grande classe empresarial.

Parabenizamos todos que compõem a "família" deste jornal, diretores e funcionários, pelo transcurso desta data festiva.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal, Antônio Anibelli.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O problema crucial da violência que está a dominar a nossa cidade e, de forma geral, toda a humanidade, causa sérias apreensões e justos receios, principalmente quando a violência não se restringe aos marginalizados.

Diariamente, o noticiário jornalístico estampa as práticas de assaltos à mão armada, de estúpidos homicídios, de mortes violentas no trânsito, provocadas por motoristas irresponsáveis, de atentados políticos, enfim, uma série infundável de delitos contra a integridade física e contra a vida.

Ainda recentemente, para ser mais atualizado, a violência foi praticada pela polícia, no combate ao tóxico, ao assassinar estupidamente uma jovem e ferir um cidadão inocente.

Desculpas foram apresentadas, mas os fatos transpiram e detalhes que chocam, que depõem, acabam sendo revelados, criando um ambiente de tensão e de real insegurança.

A luta policial contra o tóxico é necessária e louvável, quando bem organizada e dirigida. É até gratificante para a sociedade que, desolada, vê tantos jovens no caminho do vício e, em decorrência, da criminalidade.

O que não se pode conceber e aceitar, é o clima de terrorismo que está a imperar na ação de alguns policiais, da Delegacia Especializada de combate ao tóxico.

Segundo revelações que me foram transmitidas, alguns agentes daquela Delegacia estão a usar a tática de prender viciados, seviciando-os para que delatem traficantes. As torturas empregadas descambam ao barbarismo. A técnica da delação arrancada à custa de suplícios, vez por outra em diligência exitosa, como aconteceu em São José dos Pinhais.

Toda medalha, toda moeda tem o seu verso e seu reverso, e é justamente nesta verdade, que uma denúncia gravíssima vem pairando no ar, a depor contra a atuação de alguns policiais encarregados da repressão ao tóxico. Segundo supliciados, o vício do tóxico contaminou até mesmo alguns policiais que participam de diligências completamente drogados.

A denúncia é gravíssima, e está a exigir uma enérgica medida investigadora, pois a violência policial deixa margens à credibilidade da procedência da denúncia, principalmente quando mortes acidentais ocorrem, quando inocentes são alvejados.

Como representante do povo, sem endossar ou negar a procedência da denúncia que vem ao meu conhecimento, uso da tribuna que a representação popular me outorgou, para revelar, de público, o que poderá estar a ocorrer no meio policial, mais especificamente no relacionamento ao combate ao tóxico.

Sem antecipar críticas acerbas, sem desejar causar celeu-

mas, apenas acho que a gravidade da denúncia merece, da parte de quem de direito, uma rigorosa sindicância, pois — verdade seja dita —, nem mesmo policiais estão imunes à possibilidade de, por fruto da convivência, virem a se tornar toxicômanos e, drogados, indiscutivelmente, poderão cometer excessos ou mesmo crimes que, posteriormente, se transmudam em acidentes.

Tenho plena convicção que o íntegro e honrado Diretor da Polícia Civil, Dr. Luiz Chemim Guimarães, não medirá esforços no sentido de apurar e punir os responsáveis deste triste episódio e, por certo, os excluirá da Polícia Civil".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos ligados ao setor policial de nosso Estado, em função de atividade profissional, como jornalista, há mais de 18 anos.

Já tivemos momentos dramáticos, momentos de dificuldades, onde a violência imperou e preponderou.

Mas, os dias de hoje, realmente são marcados de uma forma totalmente diferente, e nós que gostaríamos de assomar a esta tribuna periodicamente, para exaltarmos o trabalho da nossa organização de segurança, uma vez mais somos impelidos a usar da tribuna para condenarmos atitudes arbitrárias, inconvenientes, inconseqüentes, desmandos de policiais. E, entre os muitos demandas verificados ultimamente, surge agora em destaque, o caso de São José dos Pinhais, numa ação da Delegacia anti-tóxico, onde uma jovem de 19 anos de idade, estudante, Maria do Carmo de Souza, foi brutalmente morta.

Explicações foram dadas, explicações evasivas, sem conteúdo, explicações mentirosas.

Dizem que foi um acidente que vitimou e determinou a morte desta jovem. Mas, uma outra pessoa também foi atingida no mesmo episódio. Também acidente? Um cidadão que está hospitalizado, teve o seu carro baleado; também acidente? Tudo é acidente, Senhores? Tudo é acidente, quando acontece algo de estranho e anormal numa ação policial? Muita coisa errada, Senhores.

Recentemente o Deputado Mário Celso, fez um apelo aqui, para a prisão de um homem que matou friamente um estudante, pelas costas, há mais de um mês; o homem desapareceu como por encanto; só agora a sua prisão preventiva foi decretada, e alguns policiais dizem que, agora, vão prender o homem, porque agora têm o amparo legal para tal. Mas, qual o que. Que, prisão!

Uma mulher foi morta há 10 dias aqui no Jardim Santa Bárbara. Até agora, nem identificada foi.

Hoje pela manhã, uma senhora chegava na Rádio Clube, e me mostrava os pés, marcados, porque fora a uma Delegacia Distrital junto com o filho, um garoto de 15 anos, débil mental, e sofreu toda sorte de torturas, para que dissesse que seu filho era ladrão, e mesmo mostrando a nota de compra de um gravador, o gravador ficou na Delegacia. Estou tentando falar agora com a Delegacia, para que o gravador seja entregue.

Uma outra senhora foi fazer uma queixa numa Delegacia de Polícia em Curitiba, e acabou sendo presa. Tudo isto acontece aqui na Capital. E no Interior do Estado, então, como não ficam as coisas, lá, que não existe a fiscalização mais próxima da imprensa, dos políticos, da população? Lá, então, Deus nos acuda. Quantos casos têm sido citados aqui, pelo Deputado Tavares?

É vergonhosa a situação da nossa segurança, hoje. Esta moça morreu, em São José dos Pinhais, numa ação policial, recentemente, num cerco com mais de 120 homens, todos fortemente armados; um dos mais perigosos, senão o maior ladrão de automóveis e caminhões deste País, o tal do Waldomiro

Milani, fugiu sem um arranhão qualquer, levantou os braços e disse: "Me entrego". Saiu correndo, entrou no carro e desapareceu. Até hoje a polícia não sabe onde ele está.

Coisas assim, acontecem diariamente.

Ontem à noite, madrugada de hoje, atentados em Curitiba.

Imaginem como estamos vivendo, e a que grau chega a violência. Sabem os Senhores quantas pessoas tiveram morte violenta nesses últimos dias em Curitiba, a partir de sexta-feira, para cá? 15 mortes violentas, incluindo a morte dessa estudante; três crimes de homicídio; seis mortes no trânsito; dois suicídios; uma morte por afogamento. Coisas e mais coisas acontecendo por aí, fora agressões, lesões corporais, tentativas de homicídio, brigas, confusões, arbitrariedades policiais.

Onde vamos parar, Senhores? Onde? Não sei.

E conclui dizendo: que Deus nos proteja, que Deus nos ampare, que Deus esteja ao nosso lado, porque só Ele pode nos salvar.

Em segurança, pouco ou nada podemos acreditar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Lê):

"A onda de atentados que assola o País, criou, sem dúvida, um clima de pânico geral, objetivo visado pelos terroristas. Quanto mais intimidado o povo, mais fácil o golpe que se pretende desfechar. E a extrema direita, ativista e incansável, conspira abertamente contra qualquer tentativa de abertura democrática.

A opinião pública está a exigir o esclarecimento dos sucessivos atentados e a punição rigorosa dos criminosos. Mas, os órgãos de repressão, tão sofisticadamente aparelhados, através do AID, órgão de assistência dos Estados Unidos aos países do Terceiro Mundo, se retraem, despistam e preconcebidamente, nada descobrem.

Nada descobrem, apesar das revelações sucessivas do hoje Deputado Federal, Coronel Erasmo Dias, e ex-Secretário da Segurança de São Paulo e do próprio Ministro da Marinha, que afirmaram saber quem são os autores. A convivência e o encobertamento de criminosos constituem delitos, também puníveis pelo nosso Código Penal.

Quando da prisão, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, de um aluno da Escola de Polícia, por estar jogando material paralisante e asfixiante, o preso em flagrante sumiu, após entregue às autoridades policiais. O fato não se esclareceu e o delinqüente não está sendo processado.

Curitiba assistiu, como em outras capitais, as manifestações ruidosas de estudantes e professores em greve. Os primeiros, em defesa da tradicional UNE, e os segundos, por pleitearem melhoria de salários. A concentração realizada na Boca Maidita, teve a participação louvável de todos os partidos oposicionistas. Estavam representados pelo PP, PMDB, PTB e PT, cujos oradores discursaram.

Percebeu-se, no entanto, que, durante a manifestação, de caráter ordeiro e pacífico, havia quem, à socapa, estava atirando, em meio à multidão, pós lacrimogêneos e de outra natureza. Um dos malfetores foi imediatamente identificado e preso por populares, que o protegeram contra o justo furor da massa. Poderia ter sido linchado, em revida ao muito que o povo vem sofrendo em todo o País. Mas, foi entregue, em segurança, a uma guarnição policial, que brotou no local como por encanto, quando, em ocasiões mais graves e mais urgentes, ela se faz omissa e negligente.

Dois Deputados Estaduais aqui presentes, tentaram acompanhar o detido à repartição policial para conhecerem a identidade pessoal do mesmo e o destino que lhe seria dado. Foram

eles, porém, empurrados violentamente da viatura, sem o mínimo respeito à sua condição de Parlamentares.

Esse lamentável fato veio comprovar que a polícia sabia da existência do sabotador em meio à multidão, e que não poderia ser reconhecido. Todos os indícios levam à suspeita de que se trata de mais um agente do odioso DOI-CODI, a serviço do terrorismo e da intimidação popular.

Protestamos veementemente contra o desacato a dois dignos representantes do povo paranaense, contra o desacato a professores e estudantes, empenhados em justo movimento reivindicatório, e contra o desacato a todas as agremiações políticas de oposição, ali presentes.

Exigimos que o inquérito seja aberto e levado até o fim, com a comprovação da culpabilidade desse torvo agente da desordem e do terror, para que, enquadrado então na Lei de Segurança Nacional, sofra o mesmo tipo de punição que tem reservado àqueles que se queixam contra as arbitrariedades e contra as violências dos que ocupam ilegítimamente o Poder.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Falcão Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esses últimos dias têm sido de grande apreensão para a população paranaense. Os jornais destacaram e a imprensa falada também, o episódio de São José dos Pinhais, em que tomou vítima de balas assassinas, uma jovem senhorita e também, na mesma ocasião, saiu ferido um homem trabalhador, empresário daquele município.

Fatos como esses têm ocorrido constantemente e têm sido denunciados também constantemente pela imprensa e nesta Casa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto ocorre não estritamente pela culpa de quem praticou esse barbarismo, esta selvageria contra pessoas.

Infelizmente, no Paraná e no Brasil, temos uma estrutura policial totalmente inadequada, praticamente não existe. E não existe, por que?

Porque as autoridades responsáveis pela organização política e administrativa do Estado, são relapsas, não escolhem as melhores pessoas para dirigir os organismos e entidades públicas e de grande responsabilidade pela segurança pública do povo, como é a Polícia Civil e Militar do Estado.

Temos na Secretaria de Segurança, um Coronel do Exército, que não entende nada de polícia, e que tem tido, data vênia, omissão na responsabilização pelo excesso que tem sido cometido pelos agentes policiais. Na Diretoria da Polícia Civil, um cidadão íntegro, Dr. Chemim, mais Procurador de Justiça, que de polícia, não entende nada. Sua formação é completamente outra, é um homem de formação jurídica, de reconhecidos conhecimentos. De polícia, na verdade, não tem autoridade para conduzir um organismo com tanta responsabilidade que deve ser conduzido com muita eficiência.

O comando da Polícia do Estado também é por um Coronel do Exército, que não tem formação policial, e por isto mesmo, existe um total desentrosamento entre os oficiais da Polícia Militar do Estado e o comando da Polícia, porque não se identificam em pensamento. De outro lado, também, os vencimentos não correspondem à mínima necessidade daqueles que prestam serviços na área de segurança.

Por isto, muitas vezes, até extravazam nas suas ações, cometendo barbarismos, como têm sido cometidos até aqui. Para não pagar bem policiais, o que fazem eles? Eles entregam revólveres, armas de grosso calibre, na mão de irresponsáveis e até de bandidos, que incorporam muitas vezes as instituições policiais. E bandidos são aqueles que cometem assassinatos,

como aqueles que cometeram, neste ato, em São José dos Pinhais, e tantos outros, como em Araucária, quando mataram um cidadão de 75 anos de idade em sua casa.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesses episódios todos, responsabilizo aqui, desta tribuna, o próprio Sr. Governador do Estado que não tem sabido escolher os homens que possam conduzir as instituições que representam a segurança do povo, com segurança e aí está o fato pela irresponsabilidade e pela omissão que tem havido por parte dos responsáveis pela segurança pública do Estado.

Era isto, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Escutamos as acusações do ilustre Deputado Lineu Turra, homem de responsabilidade, homem que sempre está olhando pelo Paraná, por sua gente. Só apenas para não concordar de seu pronunciamento, quando ele descamba em cima do ilustre Secretário de Segurança, nomeado pelo digno Governador Ney Braga, homem que toda vida olhou pelo Paraná. Ney Braga procura sempre acertar.

Querjamos apenas não refutar as acusações, porque o Sr. Secretário da Segurança, também como o seu Chefe da Polícia Civil, Dr. Chemin, são homens de responsabilidade que não podem ser julgados levianamente. Não podemos fazer o papel de pessoas que não têm conhecimento desta evolução que está acontecendo no mundo e no Brasil. Desta evolução, onde os marginais procuram se sobrepôr à Polícia, embora a Polícia com suas falhas sempre está procurando dar tranquilidade à família brasileira e à família paranaense.

Vejamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que acontece nos Estados Unidos, o que acontece em outros países super desenvolvidos, quando a polícia procura também por um basta na ação dos marginais, dos homens que são responsáveis pela desgraça de famílias de menores, traficantes de tóxicos, que não podem ter o beneplácito, não podem ter a tutela da Polícia, porque o único remédio para a mordida de cobra, é o próprio soro com o veneno da cobra.

Então, estamos aqui para nos parabenizar com Ney Braga, por ter indicado o Sr. Secretário de Segurança, e com o Sr. Secretário de Segurança, por ter indicado o Dr. Chemin, homem conhecedor do esquema e da complexidade da estrutura policial. Não podemos vir a uma tribuna levianamente, para defender os que vendem tóxicos, os contrabandistas "apenasmente", como dizia Odorico Paraguaçu, porque não fazem parte do nosso esquema.

"Apenasmente", Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque são homens que estão hoje no Paraguai, traficando tóxicos e fazendo contrabando, e principalmente, fazendo a desgraça de famílias em todo este Brasil e este interland paranaense.

E é nestes termos que nós admiramos como o ilustre Deputado que me antecedeu na tribuna, vem criticar um esquema de segurança que o Estado precisa. Precisamos mais e mais segurança, para que os ladrões, para que os assaltantes, os homens na calada da noite deixem as famílias tranquilas. Isto não é brincadeira. Isto está acima da demagogia e da tirada política.

O que nós precisamos, é dar forças e achar um dispositivo para esses homens que estão procurando acertar.

Haroldo, um Coronel do Exército, dignamente trazido como Secretário de Segurança para o Paraná, está procurando acertar, está procurando dar tranquilidade às famílias e a nós mesmos, que precisamos de tranquilidade. Seria o cúmulo da barbaridade, vírmos a esta tribuna para defender dois criminosos e contrabandistas. Os homens que contrabandeiam o tóxico do Paraguai e de outros países da periferia do Brasil,

deveriam estar na cadeia; e nós deveríamos silenciar e ajudar a polícia, porque contra a agressão, é outra agressão, porque somos daqueles; Sr. Presidente, Srs. Deputados, que haveremos de nos parabenizar com Ney Braga, com o Coronel Haroldo e com o Dr. Chemin, que estão procurando acertar. Homens íntegros, homens honestos, paranaenses íntegros, e por isso, não podemos concordar com o pronunciamento do ilustre Deputado Lineu Turra.

Sr. Presidente, agradecemos e queríamos dizer que Ney Braga escolheu muito bem a sua equipe de trabalho. Quem talvez não tenha escolhido bem, foi o povo, por nos ter mandado para cá e não sabermos defendê-lo.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa concede a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apenas para endossar o que disseram da tribuna os Deputados Lineu Turra e José Domingos.

A atuação da Segurança Pública no Paraná, não é de hoje, é uma situação das mais caóticas.

Tenho dito que é só depois que morre alguém, que se causa uma comoção social, que ocorre um fato de repercussão, é que as autoridades acordam do sono da omissão.

Tenho dito também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que educação e saúde são metas prioritárias do Governo, mas segurança também é prioritária, quanto prioritárias são essas duas outras áreas de administração pública.

Agora, o que não se pode compreender, o que não dá para aceitar passivamente, é essa sequência de ineficiência da polícia, da inoperância da polícia, da omissão e da violência que ela vem praticando contra a comunidade.

Ultimamente, temos sido cientificados do que vem ocorrendo na Delegacia de Furtos e Roubos, aqui em Curitiba, onde inocentes chefes de famílias, pais, comerciantes, têm sido reiteradamente espancados, torturados por policiais que deveriam estar na cadeia e não exercendo esta função nobre que é de proteger a sociedade.

Mas, nobre Deputado Gabriel Manoel, a Polícia do Paraná não vem protegendo a sociedade. É o que ela menos faz: defender o cidadão. O que ela mais faz é vender a sua dignidade, é se violentar, é se omitir.

Tem aproximadamente duzentos crimes contra a vida, insolúveis em Curitiba, somente na Delegacia de Homicídios. Duzentas vidas que se foram, e não sabem quem foi ou quais foram seus autores.

É uma instituição falida. Está à beira da falência.

Não é com o o Procurador da Justiça, não é com o Coronel do Exército, gente que de polícia não entende nada, que nós vamos dar segurança à comunidade.

Esse episódio de São José dos Pinhais, é a mais negra demonstração da ineficiência, da incompetência e do desrespeito das autoridades para com a comunidade: matar covardemente uma jovem pelas costas, com uma arma de calibre 3-T.

Calibre 3-T, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma arma que se utiliza para matar elefante; não é para matar seres humanos. É uma arma que não se entrega a qualquer policial.

A irresponsabilidade de um Delegado, de um Diretor da Polícia Civil, de um Secretário de Segurança Pública, que permite que um policial despreparado, desqualificado, embriagado — como tomei conhecimento — portar uma arma de calibre 3-T, estes devem ser responsabilizados.

Não é mais possível.

A sociedade não pode mais tolerar passivamente ser violentada, estar a sua segurança nas mãos de marginais com as vestes de agente da autoridade policial.

Ao invés, Sr. Presidente, ao invés de defender a polícia aqui, gostaria de ver a nobre bancada do PDS fazer como fez o Deputado José Domingos, e ter a dignidade de exigir, do Secretário, maior zelo pela segurança da comunidade, e não permitir que policiais despreparados, continuem pondo em risco a segurança de uma comunidade tão insegura.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que o dia, hoje, podia ser cognominado de "O Dia da Violência Policial", pois todos os pronunciamentos foram em relação a esse assunto, e nós, para esclarecer definitivamente a nossa participação e a do Deputado Nelson Friedrich, nos acontecimentos da última sexta-feira, ocupamos a tribuna, neste momento, para estoriar e para que nos Anais da Casa, conste a verdadeira versão.

Como todos os Srs. Parlamentares sabem, e aqui foi dito inclusive pelo nobre Deputado Edilson Alencar, na última sexta-feira, às 17:30 horas, com a presença de todos os Partidos, — o Deputado Edilson Alencar esqueceu de mencionar inclusive o Movimento Jovem Cristão do PDS, que lá também se fazia presente — houve um ato público de professores e alunos, devidamente apoiados também por políticos, na nossa tradicional Boca Maldita.

Por três vezes, no local, foi espalhado um pó químico, conhecido já de muitos brasileiros que têm participado desse tipo de manifestação; por três vezes, professores, alunos e até senhoras idosas, que lá estavam representando os professores aposentados, tiveram a necessidade de se socorrerem em lenços, e até, os que melhor têm conhecimento da coisa, a necessidade de correrem às farmácias, atrás de antídotos para aquele pó químico.

Quando já se encerrava aquela manifestação — com a presença de todos os partidos políticos, repito — fui, juntamente com o Deputado Nelson Friedrich, — ainda estávamos no local — chamados às pressas por alguns estudantes, para que, com a nossa presença, evitássemos um linchamento de um cidadão que, preso por populares, teria sido o autor da distribuição do tal pó químico.

Cerca de vinte minutos se passaram entre a prisão do cidadão e a posterior nossa presença, e há que se louvar aqui neste momento, o alto espírito de compreensão, naquele momento, dos estudantes que ali estavam presentes que, para evitar que os mais exaltados até chegassem talvez a dar consequências mais graves àqueles acontecimentos, eles próprios, estudantes, formaram um cordão de isolamento em torno do cidadão que se encontrava detido e, com a nossa presença, do Deputado Nelson Friedrich, bem como de inúmeros repórteres aqui de Curitiba, inclusive gravando — como foi o caso do ilustre radialista da Rádio Independência, o Maurício, que inclusive fez parte da bancada de imprensa desta Assembléia — depois de vinte minutos conseguimos fazer com que o cidadão fosse entregue à Polícia Militar, que então se fez presente.

Mas, ficaram alguns fatos a demonstrar o problema da insegurança em que vivemos todos nós, pois, durante esses fatos, não sabíamos que, de fato, travestidos de estudantes talvez, mais de uma dezena de policiais se encontravam, inclusive como provocadores, talvez. Não sabíamos nós que um dos pseudo-estudantes, que mais aticava a manifestação, não era um estudante; era um policial. E principalmente, que o cidadão que foi detido supostamente jogando o tal pó químico, era também, de fato, um policial.

Foi por isso, talvez, e hoje temos a certeza, que apesar da exigência feita pelos estudantes, que sentados em torno do

cidadão detido, faziam uma única exigência, para que aquele cidadão fosse entregue à polícia: que a polícia permitisse que eu ou o Deputado Nelson, ou os dois, acompanhasse, para evitar o que ocorreu recentemente no aeroporto de São Paulo, quando a polícia prendeu o cidadão e apareceu o DOI-CODI e desapareceram com o cidadão e até hoje não se sabe qual foi o autor daquele ato de terrorismo, dentro do aeroporto de São Paulo.

Foi quando, por insistência dos estudantes, nós o levamos pelo braço até a viatura que estacionou em plena Boca Maldita, para levar o cidadão e foi aí que as coisas — me parece — se transformaram mais grave, porque, dentro de um esquema muito bem elaborado, a polícia não permitiu que esse Deputado, sequer entrasse na viatura, e, à base, inclusive, de ameaça de sacar uma arma, o homem da Polícia Militar, fez com que esse Deputado recuasse.

E ainda quando me encontrava a segurar o pulso do cidadão detido, e empurrado por estudantes que diziam que eu deveria acompanhar para que não desaparecessem com aquele detido; eu, ainda a segurar o seu pulso, ele sentado no banco de trás, o policial fechou o carro contra meu corpo e tocou seu carro inclusive me arrastando e até arrebatando minha roupa.

Fato esse presenciado em pleno coração de Curitiba, em pleno coração do Paraná. E, às dezessete horas e trinta minutos, estávamos ali, Srs. Deputados, porque víamos que, se não houvesse uma proteção inclusive daquele cidadão, que até aquele momento não sabíamos ser policial ou não, e se era ou não o autor da tal distribuição do pó, se não houvesse uma atuação moderada, provavelmente esse cidadão teria sido linchado, se bem, e há que se reconhecer a atuação de alguns estudantes, que demonstraram a sua capacidade de conter esse tipo de manifestação.

E gostaria de dizer que, após esse incidente, saímos atrás das Delegacias de Polícia, e em três Delegacias ninguém sabia do ocorrido. Telefonamos para o Sr. Presidente desta Casa, Deputado Fabiano Braga Côrtes, que imediatamente, — e queremos agora deixar nos Anais da Casa este registro — tomou providência e, meia hora depois, cerca de dez horas, eu já recebia em minha casa o Sr. Chefe, Diretor da Polícia Civil, Dr. Luiz Chemin, que foi até minha casa para dar as devidas explicações. E, naquele momento, esclarecer que realmente o cidadão detido já estava identificado e que se tratava de um policial. E prometeu-me, inclusive, e se colocou à disposição da Assembléia, para que esclarecimentos maiores, se necessários, daria ele mesmo uma entrevista coletiva, entrevista que está se realizando, dando o nome dos suspeitos e dizendo da sua condição de pessoal.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. DENI SCHWARTZ — Após atender o Deputado Darcy Deitos, com muita honra.

Apenas para historiar esses fatos, depois darei os apartes. Fica, Srs. Deputados, uma outra sensação, e parece-me que aí é a parte importante da coisa.

O Dr. Chemin afirmou, em minha casa, que lá estavam aqueles policiais à paisana, a pedido inclusive dos próprios organizadores do movimento. E aí fica a nossa grande contestação e a certeza de que, se as coisas não forem diferenciadas, se não forem mudadas, fatos graves acontecerão ainda, e muito em breve.

Qual a razão que o policial tem que ir à paisana? Qual a razão que esse policial e os policiais que lá estavam, mais de uma dezena, não se apresentaram aos organizadores que os haviam solicitado? Principalmente por que, neste momento, não são usados policiais devidamente fardados, para evitar exatamente talvez, desencontros como este?

Há necessidade que o Governo assuma a sua obrigação de dar segurança a movimentos inclusive que lhe sejam contrários,

para que possamos, realmente, estar exercitando a Democracia. Mas que esses cidadãos sejam identificados, e não como está acontecendo. Não há movimento popular, não há movimento de contestação neste Estado, em que não tenha dois, três fotógrafos, dois ou três cidadãos filmando, inúmeras pessoas a sondar o que ocorre. Afinal de contas, se o ato é numa praça pública, qual a razão de irem escondidos, esses policiais?

E aí fica a grande suspeita. Suspeita inclusive, Srs. Deputados, que me pareceu, nas próprias palavras do Dr. Chemin, a suspeita que hoje o primeiro escalão não está mais comandando os subterrâneos formados em 16 anos de ditadura, porque, pelas próprias palavras deste, eu acredito em sua sinceridade, não partiu da Polícia a ordem de largar qualquer substância ou de criar qualquer perturbação à ordem desta manifestação.

Mas, deixou no ar, se não, seria a própria Polícia que estaria, sem a ordem superior, mas através desses intermediários que 16 anos de ditadura se formaram neste País.

Através destes, não há jamais condições das próprias pessoas que estão nos primeiros escalões, comandarem os seus subterrâneos. Esta é a dúvida que ficou, qual a razão da solidariedade tão rápida entre policiais? Mais de uma dezena deles a rodear, se tivesse havido, Srs. Deputados, algum estudante mais exaltado, que tivesse dado um empurrão naquele cidadão detido, não sabíamos que em volta de nós, provavelmente e inclusive armados, estavam policiais civis, talvez hoje, que podemos cognominar o "Dia da Violência Policial", nós estivéssemos aqui a lastimar não uma, não duas, mas talvez dezenas de vítimas, já que, cerca de três mil pessoas se concentravam na Boca Maldita desta cidade.

É por isto que, ao reconhecer e trazer a público esses fatos, agradeço a intervenção imediata e correta do Sr. Presidente desta Assembléia, ao reconhecer, inclusive, a maneira como o Dr. Chemin me procurou imediatamente para esclarecer do que se tratava e que as coisas estavam sob controle, fizeram que com isto não tivéssemos a preocupação de termos mais um caso sem ser desvendado.

Mas, ao agradecer essas pessoas, talvez fazer com que ao registrarmos isso, tenhamos a oportunidade de repensar as coisas. Há que se dar segurança a essas manifestações. Mas há que ser uma segurança dada abertamente, para que ela realmente seja segurança daquele movimento, e não talvez a sua insegurança.

**O. Sr. Darcy Deitos** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, os fatos ocorridos na última sexta-feira, quer nos parecer que veio mostrar a esta Casa, ao Paraná e ao Brasil, que no último dia 03, numa sessão de uma quarta-feira pela manhã, na semana da Pátria, quando o eminente Deputado Ezequias Losso ocupou a tribuna desta Casa e veementemente pela primeira vez vimos Sua Excelência num discurso veemente, tentar jogar em cima do nosso Partido, o PMDB, pelas notícias veiculadas na imprensa nacional, de que a prisão de um vereador da cidade de Antônio Carlos, em Minas Gerais, que supostamente pertencia à nossa bancada, era o terrorista que fez estourar duas bombas na região daquele Estado.

E o ocorrido nesta Capital, vem fazer justiça, o que, naquela ocasião aqui foi levantado, de que a acusação de Sua Excelência, realmente era muito precipitada e muito grave, porque tínhamos certeza, aliás, como sempre tivemos certeza, que as bombas estouradas neste País são oriundas do sistema repressivo montado após 1964. E isso vem ser corroborado pelas notícias da última semana, de que aquele vereador acusado, também acusou um professor da Escola de Cadetes de Barbacena como integrante do grupo terrorista naquela região de Minas Gerais. E imediatamente o Ministro da Aeronáutica, vem a público desmentir e dizer que aquele professor, Cunegundes, não pertencia a movimento algum.

Então, se Vossa Excelência alinhar aquele episódio, onde ficou clara a participação dos grupos paramilitares montados pelo sistema repressivo após 1964, e jogar no ocorrido aqui no Paraná, fica claro a toda a imprensa brasileira, a todo o povo brasileiro, que os terroristas são os homens montados no sistema repressivo, os grupos paramilitares, montados após 1964.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu. **O SR. DENI SCHWARTZ** — Vossa Excelência coloca bem, porque acredito que a classe política deve analisar estas questões todas, inclusive com mais vagar.

Porque, se nós lembrarmos o homem que talvez tenha sido o estopim da dita Revolução de 1964, o célebre Cabo Anselmo, hoje reconhecidamente um homem introduzido dentro do movimento de então, para exatamente provocar; se nós lembrarmos que esse homem hoje mora em São Paulo, muito bem de vida e protegido, inclusive, pelos próprios órgãos de segurança, veremos que o falecido Pedro Aleixo tinha razão quando, ao se negar a assinar o AI-5, dizia que o problema não era confiar ou não na responsabilidade do Presidente de então, em ter aquele ato discricionário nas mãos.

Mas o problema era o cabo da esquina; o problema era aquele policial ou aquele cidadão que iria, através dos exemplos recebidos, tentar exatamente fazer justiça com as mãos.

E hoje estamos a confirmar, porque ficou na dúvida: teria sido este cidadão detido, quem realmente largou o tal pó químico, ou seria ele apenas um policial a serviço? Mas, se estava a serviço, por que não se identificou? Que negócio é esse de um homem que vai lá para oferecer a minha segurança, temer ou não poder se identificar?

Não estaremos vivendo atualmente aquilo que temia Pedro Aleixo, que o terceiro escalão realmente não seja dominado pelo primeiro escalão?

São palavras de ilustres Deputados do Governo, hoje, nesta Casa, Deputados Nelson Buffara e José Domingos, protestando contra a ação policial. De nada adianta dizermos que temos um Governador que não quer isso, ou termos um Secretário de Segurança que não quer isso, ou o Diretor da Polícia Civil não querer isto.

Sabemos que provavelmente eles não queiram isto. Mas, infelizmente, parece que o poder lhes escapou das mãos, e se não forem tomadas providências com punições, se a nível federal o Sr. Figueiredo não tiver a dignidade e a altura que teve De Gaulle, esta Pátria estará perdida.

Que faça o que fez De Gaulle, que fuzilou companheiros seus de dois anos antes, quando descobriu o que aqueles cidadãos, aqueles generais haviam feito na Argélia.

É o momento de se colocar no paredão, se necessário, inclusive o próprio irmão de quem quer que seja, se descoberto que eles estavam nos porões da opressão deste País, porque não se pode anistiar aqueles que cometeram terrorismo de Estado; pode-se anistiar, isto sim, aqueles que talvez, por caminhos que não concordamos, mas foram o anti-terror do Estado. Podemos até pensar em anistiar homens que assaltaram bancos; podemos pensar em anistiar homens que talvez tenham feito sangue e morte, desde que o tenham feito contra o terror do Estado, como havia sido instalado neste País.

Não adianta dizermos que uma vítima já existe na figura do General Odenardo; não adianta, não. Há necessidade de se abrirem os portões da tortura neste País, sob pena de continuarmos a assistir, dia a dia, talvez a morte do traficante, mas atrás do traficante, a morte de muitos inocentes, porque ainda não estamos num País em que se liberou, para que se faça justiça, não se liberou, para que simples policiais, para que simples delegados tenham o direito e o poder de fazer justiça.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Nobre Deputado, estamos assistindo este pronunciamento, muito válido de Vossa Excelência,



e queremos agradecer a honradez e, principalmente, o ponto onde Vossa Excelência faz justiça ao ao nosso Presidente e a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, indiretamente na pessoa do Sr. Diretor da Polícia Civil.

Veja bem, nobre Deputado, como as nossas palavras não foram em vão ao defendê-lo, e também não o são, diante desta pálida orientação que temos de homem do interior, ao dizer que estamos com Vossa Excelência quando se procura debelar o terrorismo.

Quero me parabenizar com Vossa Excelência neste ponto, ao dizer que o Chefe da Polícia Civil foi procurá-lo como um cidadão e como homem responsável por uma facção de nosso Estado; um homem que veio a esta Casa para defender os interesses do povo paranaense.

Então, quero me parabenizar com Vossa Excelência, e dizer que as acusações aqui nesta Casa, ao Sr. Secretário da Segurança, ao Sr. Chefe da Polícia Civil são infundadas, porque são homens como nós, como Vossa Excelência, voltados para a segurança do nosso Estado e para o bem estar da Nação. O que é necessário é que haja entendimento, porque nós também estamos num Poder; como disse Vossa Excelência, o Poder Executivo tem a obrigação, e nós também, de cooperar com o Poder Executivo, para debelarmos o terrorismo, seja de direita, seja de esquerda, seja do primeiro, do segundo, do terceiro ou do último escalão.

Por isso, parabenizo-me com Vossa Excelência; esta é a vez primeira que quero concordar com Vossa Excelência, e agradecer, em nome do meu Partido e particularmente em meu nome, e também agradecer-lhe pelas palavras justas dirigidas ao Presidente e ao Sr. Chefe da Polícia Civil.

Muito obrigado.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Vossa Excelência permite um aparte? — **(Assentimento)**

Deputado Deni Schwartz, a gente percebe que, realmente, os que estão à testa dos primeiros escalões da República, estão a sofrer a concorrência de determinações paralelas ao mando oficial, ou oficializado.

É o caso do problema: repressivo, com repercussões diretas na Polícia. A polícia não sabe, ou pelo menos não ordena determinado tipo de comportamento. Ocorreu em São Paulo, na greve dos metalúrgicos, como está ocorrendo em vários outros setores da vida nacional, em várias outras regiões da vida nacional. O que podemos perceber, é que esses policiais, adestrados com aquela propalada soma de dois bilhões de dólares para aperfeiçoamento do sistema repressivo, de adequação de homens capazes de desempenhar essa função paralela no Estado, para garantir os donos do Poder, agora, está praticamente superando esses que estão investidos no Poder.

E esses policiais, dos quais, nos parece, "a priori", fazer parte este que apareceu nessa manifestação de Curitiba, parece estar ocorrendo em outros lugares também.

E isto, Deputado, parece ser o ponto pior que tem o regime de exceção, porque agora, mesmo com a possibilidade de uma abertura, talvez o Governo — que pode estar até bem intencionado para essa pseudo abertura — pode estar sendo vítima dos seus antecessores no próprio Poder, que, criaram esse sistema de repressão.

Daí, parece-nos, Sr. Deputado, que o paralelismo de atuação desses policiais que, sem dúvida são policiais, e aí está o reconhecimento do Dr. Luiz Chemin Guimarães, e que, embora não tenha saído de lá, da Chefia da Polícia ou da Diretoria de Polícia, a ordem para estar presente nessa manifestação, e talvez porque aí, Sr. Deputado, é preciso fazer uma interpretação, talvez a Secretaria de Segurança possa estar sabendo, mas não se manifestou, talvez possa estar sabendo, porque as Secretarias de Segurança, via de regra, são orientadas e são secretariadas por pessoal ligado ao Exército e, por conseguinte, até talvez com ligações nos DOIs-CODIs e, quem sabe

até, o Secretário não esteja sabendo?

Mas, esse pessoal canalizado para esse tipo de repressão para tumultuar esses movimentos pacíficos da sociedade, dessa sociedade que está sendo esmagada pelo sistema econômico e pelo sistema institucional vigente ainda no País, talvez queiram justificar os altos salários ou os altos preparos intelectuais, para esse tipo de negócio paralelo do Estado.

Por essa razão, nós da Oposição, que de vez em quando inclusive sofremos agressões aqui, de palavras inoportunas, desairosas e atrevidas aqui, muitas vezes, somos acusados de estarmos fazendo acusações falsas.

Mas a verdade é que nós queremos, como um todo, já não falamos das facções partidárias, mas o que se precisa ter na sociedade, é uma consciência para esse momento, consciência de respeitabilidade da opinião pública, inclusive da segurança das populações que estão sendo esmagadas pelo processo econômico vigente no País.

E é preciso despreendimento, grandeza, formação inclusive política, para se ter um pouco de ponderação e que, nesta hora, é preciso que somemos esforços para que a polícia, pelo menos a bem intencionada, se invista dos poderes suficientes, para extirpar do meio social, esses maus caracteres que vêm bagunçar, incitar a população a movimentos que não estavam previstos.

Obrigado.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** — **(Fabiano Braga Côrtes)** A Mesa informa que, por deliberação do partido de Vossa Excelência, o nobre Deputado passa a falar no horário reservado à Liderança do seu Partido.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Concedo o aparte ao Deputado Valduga.

**O Sr. Ruben Valduga** — Ilustre Deputado.

Esse fato que ocorreu durante a manifestação dos estudantes, nos leva a indagar questões discutidas, ao momento em que se lançava a idéia da anistia ampla, geral e irretrita. À qual sabe bem Vossa Excelência, fui um dos contestadores desta idéia, e que de certa feita, tivemos até num canal de televisão e onde expusemos nosso pensamento, talvez por falta de tempo ele não pode chegar ao ar, mas Vossa Excelência e alguns Deputados da Oposição são testemunhas.

Sempre advogamos a tese de que a revolução, os fatos de exceção, os fatos graves deveriam ser analisados, deveriam ser postos em julgamento. A Oposição é tão culpada quanto setores da Situação, de fazer tábua rasa na anistia a determinados elementos. Nós sempre entendemos que todo elemento que tivesse praticado atos delituosos e, muitas vezes, a escola do crime, é muito mais séria que um crime isolado, é muito mais danosa, porque ela propaga o crime em continuidade.

O que estamos assistindo hoje é, sem dúvida alguma, o remanescente de um estado que não foi revisto. Pessoas interessadas tanto da extrema direita quando da extrema esquerda, infiltrados nos setores de segurança, infiltrados em setores do Governo e organizações ditas paramilitares e em vários órgãos, são os descontentes, são aqueles que não foram julgados e que não querem, efetivamente, que haja democracia.

Que nos resta, nobre Deputado, se não lamentarmos, é fazermos com que a união dos democratas, não permita, de forma alguma, que atos como esse se repitam.

O nobre Deputado Gabriel Manoel, insistente defensor das teses do Partido, levantou sua voz única e exclusivamente para condenar, sem reservas, este ato.

Achei da parte do nobre Deputado, uma atitude condigna com a condição de cidadão e parlamentar digno que ele é.

Quero, com ele e com Vossa Excelência, também neste momento, lançar aqui o meu repúdio a atos desta natureza,

partam de quem partir. Mas lembro que não é só o ataque virulento a uma instituição, que fará com que atos dessa natureza possam deixar de existir. Temos que ir a análises mais profundas. A democracia deve ser defendida antes ao ataque à instituição, porque ele não é perfeito, não será perfeito porque é infiltrado, como bem disse o nobre Chefe de Polícia Dr. Chemin, reconhecendo lamentavelmente. E, fatos como esses virão, teremos nós Parlamentares que estarmos atentos, para que no momento oportuno saibamos levantar a nossa voz, como faz agora Vossa Excelência.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e resumindo, diria o seguinte, tivemos pontos de vista divergentes quanto à anistia. Lembro-me deste programa, quando comentaríamos que o fato do assaltante de banco, em que fez sangue, deveria ou não ser anistiado, lembro que um dos argumentos que usávamos e era usado pela Oposição era que a anistia a ele cabia, uma vez que muito se usou deste fato para que marginais, para que criminosos comuns, usando aquele momento, também assaltassem bancos, mas por culpa de um Governo que só pensa e pensava em segurança, por culpa de um governo que deve ter uma consciência muito pesada para pensar tanto em segurança, para se proteger, este criminoso, assaltante comum, acabou sendo enquadrado numa esdrúxula Lei de Segurança Nacional.

Foi o próprio governo que transformou o crime comum num crime político, e não havia mais como distinguir quem, já que não houve processo, era assaltante comum daquele que assaltou contra o terrorismo do Estado. E há que se ir mais no fundo para talvez até se concluir como eu concluo: "que o terrorismo não era feito por aquele que assaltava o banco, ou por aquele que protestava com bombas. O terrorismo era feito pelo próprio Estado e o outro era um direito que assistia ao cidadão, se bem que por um caminho no meu ponto de vista errado, de se defender contra o terrorismo do Estado.

Quanto às punições àquelas pessoas que fizeram terrorismo, estas sim, aquelas que tendo o poder na mão, tendo o Estado na mão, fizeram o terror, mataram, torturaram nas cadeias, à estas não se podia dar anistia. De fato, foram os grandes anistiados. Numa das revistas de circulação mensal, semanal, ainda há poucos dias, denunciava que enquanto altos escalões eram anistiados dentro do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, lá ficava o velho cabo, o velho soldado, sem anistia, eles que também às vezes levados por seus superiores, praticaram atos considerados como atos de subversão.

Por isto, eu que já tenho anos suficientes para ter visto esta América Latina ter uma verdadeira Suíça num País como o Uruguai, e o que é o Uruguai hoje? Eu, que tenho anos suficientes para lembrar do velho Chile, com uma economia sólida e com uma democracia florescendo... e o Chile hoje é o Chile de Pinochet. É o Chile que tem a desgraça de ter um General na sua Presidência, um General que disse ainda ontem que no Chile não se precisou gastar muito para acabar com os comunistas, que ele não precisou da ajuda dos Estados Unidos para acabar com os comunistas. E, portanto, os Estados Unidos que deixassem de protestar contra a sua ditadura. Eu, Srs. Deputados, que já tenho idade suficiente para ter visto florescer nesta América Latina uma economia sólida e uma cultura florescente aí na Argentina, País a que a maioria dos brasileiros invejavam e que chegou ao ponto de poder esnobar sobre o brasileiro, ao chamá-lo de "macaquito" e o que é hoje a Argentina? Do seu Videla. Fico a pensar se este momento não é decisivo, também para o meu Brasil, quando vejo a Turquia ser dominada por mais um General Presidente, o que nos distingue nesta história maldita neste momento, da humanidade? Se nós políticos não tivermos consciência e coragem para começarmos de fato tentar evitar que amanhã também alguém possa dizer: "Eu conheci o Brasil, vivendo uma Primavera de Democracia, de 45 a 64"; ou o conheci até o momento em que uma abertura permitia alguma coisa e o Congresso estava aberto". Quem me diz

que daqui há quinze dias, nós não vamos lastimar inclusive essa pequena abertura? Conquistada e não doada pelos poderosos. Mas conquistada em movimentos populares, como o de sexta-feira, conquistada nas Câmaras de Vereadores, conquistadas nas Assembléias e no Congresso Nacional. E nunca como uma dádiva dos poderosos do dia. Por isso acho o momento importantíssimo. Acho o momento em que nós políticos, passamos a ter nas mãos o comando do processo social, ou então acontecerá o que já está acontecendo. Acontecerá que o colono de Itaipu, desesperado, sem soluções, acabe fazendo a sua revoluçãozinha. Que o índio, do Xingu, sem soluções, acabe matando o branco invasor e vai morrer, não o patrão, mas o peão vai acabar com que o favelado do Barigüi de repente se una em função de outros dois favelados e digam um basta. E desrespeitando a lei feita pela elite, ele resolva comandar, ele próprio o seu processo. Há que se tomar providências, porque a água está chegando às nossas barbas. E inclusive, Srs. Deputados, esse movimento de sexta-feira e em todo o Brasil, a chamada "Greve dos Professores". Muito menos do que greve, foi, isto sim, uma verdadeira manifestação social, e sob este aspecto que deve ser visto.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, eu não sei até que ponto, as afirmações do Diretor da Polícia Civil a Vossa Excelência merecem crédito.

Digo isto porque o atual Diretor da Polícia Civil, juntamente com o atual Secretário de Segurança, têm se omitido muito diante de acontecimentos ligados à sua área.

Eles mais se omitem do que agem. E eu digo isso, porque na própria afirmação do Diretor a Vossa Excelência, de que uma coisa ele poderia garantir de que aquele policial flagrado pela população, durante a manifestação, não estava ali por determinação dele, Diretor da Polícia Civil, mas se realmente, ele não autorizou, ele não determinou que este policial lá estivesse, então um outro superior do policial, determinou. E o outro aspecto que me faz colocar dúvidas à afirmação do atual Diretor da Polícia Civil, afirmação feita a Vossa Excelência é de que em manifestações como aquela, a polícia tem que se fazer presente para levar a segurança aos manifestantes. Eu não sei se eu estou desatualizado ou talvez porque as coisas tenham mudado, mas na minha época em que exercia as funções nobres de policial, proteger a segurança, de manifestantes, era chegar na manifestação, procurar os líderes daquela manifestação e dizer: "Olha, eu sou policial, estou aqui para promover a segurança dos manifestantes". Agora, nestes últimos anos, o que eu tenho sentido é que policiais civis, policiais que se misturam no meio da massa, e que a gente se os identifica, se os conhece, venham querer proteger a segurança dos manifestantes, trepando em edifícios com tele-objetivas, participando discretamente das manifestações sem se identificar, jogando gás lacrimogênio para dispersar os manifestantes.

Então, eu coloco realmente em dúvida as afirmativas do Diretor da Polícia Civil, dentre as quais aquela de que um policial da categoria desse que foi flagrado — que é um agente de segurança, da divisão de segurança e informações — este policial para ter em suas mãos um rádio "walk-talkie", uma bomba de gás lacrimogênio, e algo semelhante, ele tem que ter permissão de seu superior. Não é qualquer policial, agente, ou investigador que chegue a uma repartição policial onde ele esteja lotado, e que pegue um radinho "walk-talkie" e um, dois ou três dispositivos de gás lacrimogênio e saia pelas ruas. Não Senhor! Não é não! Eu digo isso com a experiência de quem conviveu lá dentro.

Porisso que, se o Sr. Diretor da Polícia Civil não sabia que policiais civis estariam na manifestação com o objetivo de dispersar os manifestantes, mas o imediatamente abaixo do Diretor e imediatamente acima do policial, sabia. E o Sr. Diretor da Polí-



cia Civil, nestas alturas, está pecando por omissão mais uma vez.

**O Sr. Nelson Buffara** — Permite um aparte, nobre Deputado?

**O SR. DENI SCHWARTZ** — A Mesa está informando que o tempo está esgotado e eu lastimo muito.

**O Sr. Nelson Buffara** — Ele tem um minuto, não tem, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — Tem meio minuto para concluir.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Eu concedo o aparte a Vossa Excelência.

**O Sr. Nelson Buffara** — Em que pese o respeito e a estima que tenho pelo Deputado José Tavares, não posso concordar com as afirmações que ele faz com respeito à pessoa, à integridade e à honradez do Sr. Diretor da Polícia Civil, Dr. Luís Chemin.

Por em dúvida a integridade desse homem é um atrevimento. Quem o conhece não pode jamais fazer as insinuações que faz o Sr. Deputado José Tavares. Ele é uma pessoa altamente capaz e muito bem intencionado. E eu não posso conceber que ele tenha sob o seu controle, todo o equipamento da Polícia Civil do Paraná.

É evidente que um caso ou outro foge ao seu controle. É claro que eu acredito que o Sr. Luís Chemin, quando foi à sua casa, não sabia que esse policial que tinha sido detectado e pesquisado, era policial; isso independe dele que o policial que fez parte daquela passeata, daquela manifestação, tenha sido por ele autorizado. Claro que há uma fuga, não há um controle perfeito do Sr. Chemin, razão pela qual, não posso concordar com o Sr. José Tavares. E mais, a bomba que ele diz, de gás lacrimogênio, foi um pó químico que jogaram, que esse policial jogou. Claro, todo rigor a ele. Agora, inocência e justiça seja feita ao Sr. Luís Chemin.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Termine, Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento: o Sr. Luís Chemin disse a mim que esse policial era da Delegacia de Ordem Social, estava lá a serviço. Daí, talvez, a razão de portar esse tal rádio. O que o Sr. Luís Chemin nos informou é que obviamente nenhum policial dos que estavam a serviço, ou outros, tinham autorização de usar pó.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — A Mesa registra a presença, em Plenário do Sr. Hélio Duque, bem como do Sr. Naude Pedro Prates, Prefeito de Santa Helena, e do Sr. Luís Alegrete, empresário de Santa Helena. A Mesa consulta a Liderança do PP se deseja fazer uso de seu horário. — **(Declina).**

Consulta a Liderança do PTB. — **(Declina).**

Consulta a Liderança do PDS. **(Falará o Sr. Nelson Buffara).**

No horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

**O SR. NELSON BUFFARA** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dando continuidade ao meu aparte o qual não pude concluir por falta de tempo, não pude me fazer entender, quero agora, com mais tempo, dizer das razões que me levaram a discordar do Deputado José Tavares.

O Deputado José Tavares tem sido muito feliz em acusações que tem feito à Polícia Civil do Paraná, em vários setores, mas, eu, defendo, e defendo, porque conheço sobremaneira a pessoa, a integridade do Sr. Luís Chemin, e eu duvido, Deputado José Tavares, que Vossa Excelência encontre alguém mais capaz, mais bem intencionado e em condições melhores de gerir a difícil tarefa do Chefe da Polícia Civil do Paraná, eu tenho a impressão que, todos os adjetivos podem ser dados ao Sr. Luís Chemin, no melhor sentido, porque, quem age como está agindo o Sr. Luís Chemin, é um cidadão que evidencia, numa clareza meridiana, que quer acertar, e, se na Polícia Civil existem corruptos, existem policiais inescrupulosos, policiais achacadores, policiais que devem ser banidos da Polícia Civil, tudo

bem, eu concordo com Vossa Excelência e com todos que acusam vários policiais, existem maus elementos em todas as classes, em todos os órgãos, em todos os departamentos, em todos os lugares, mas, uma ressalva deve ser feita ao Sr. Luís Chemin, porque a intenção dele sempre foi a melhor, a intenção do Sr. Luís Chemin foi a mais benéfica e tem sido a mais sã, em todos os sentidos.

Hoje, desta tribuna, critiquei violentamente a Delegacia de Tóxicos, porque essa Delegacia não soube agir, alguns de seus policiais levaram uma inocente, uma moça, à morte, diga-se de passagem; no entanto, os policiais descobriram 40 kg de maconha prensada! Havia razão para que os policiais fossem lá, e agissem com rigor, nunca, eu discordo, ao ponto de chegarem com uma carrabina cerrada, uma "Scopetta" ou seja lá o que for, Vossa Excelência deve conhecer melhor do que eu porque foi policial, foi Delegado de Polícia, nunca, ao ponto de chegar e tentar amedrontar uma moça indefesa, pelas costas, assassinando-a! Nisto, eu sou de opinião que devem ser apuradas as responsabilidades dos malfetores, dos policiais, e que devem ser excluídos da Polícia Civil, excluídos a bem do serviço, para que fatos como este não se repitam. O Sr. Luís Chemin tomou conhecimento desse fato e vai apurar, tenho certeza, a responsabilidade desses maus policiais e vai puni-los severamente.

No relato de hoje feito pelo Deputado Deni Schwartz com respeito à passeta, pacífica, muito bem organizada, realizada pelas professoras, houve infiltração de um elemento. Não era do conhecimento do Sr. Luís Chemin; "a posteriori", ele tomou conhecimento de que esse policial havia sido solicitado, e estava lá, a serviço. É claro, depois que ele foi preso, foi pesquisado, e constatou que ele estava lá a serviço, no entanto, não é pelo fato dele estar a serviço da Polícia Civil, que o Sr. Luís Chemin seja responsabilizado por esse fato. Vamos diferenciar o certo do errado, separar o joio do trigo, fazer justiça. Eu estou com Vossa Excelência, como em todas as ocasiões que estive, quando Vossa Excelência critica violentamente, o órgão da Polícia Civil, que deve ser comentada para que possamos chegar a uma situação melhor, extirpando os maus elementos da Polícia Civil, procurando aliá-los, e para que possamos aperfeiçoar esse órgão de segurança, que é a Polícia Civil do Paraná, mas, acusar o Sr. Luís Chemin de que ele seja conivente e de que o Sr. Deputado Deni Schwartz deva receber com reservas o que gentilmente ele fez, a pedido do Deputado Fabiano Braga Côrtes, indo à casa do Deputado Deni Schwartz para lhe dar uma explicação, eu acho que, essas reservas, não devem ser por nós Deputados conscientes, não devem ser tomadas por termo, não.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Eu queria hipotecar a minha modesta solidariedade ao que Vossa Excelência está discorrendo, e dizer também, do nosso sentimento pela morte dessa jovem, por um policial, e, também, ao mesmo tempo, alertar que, se venha à tribuna, para defender aquelas famílias enlutadas muitas vezes pelos traficantes de maconha, que vão às portas dos estabelecimentos escolares, a distribuir tóxicos e que, até hoje, não vimos ninguém da Oposição fazer alusão sobre isto. Foi uma verdadeira aberração a morte, por um truculento policial, de uma jovem, mas também é uma aberração um antro de maconha onde foram apreendidos 40 kg de maconha e, ninguém vem defender? Só se defende os maconheiros? Não se defende o pessoal humilde, aquelas famílias que anonimamente estão sofrendo pela desgraça dos seus filhos? E nós? Não podemos saber o que vai acontecer com nossos netos, por essa falta de orientação nossa, por esse excesso de benevolência dos homens do Poder Executivo, Legislativo e, talvez, do próprio povo brasileiro. Onde estão a defesa dessa gente, Deputado Nelson Buffara, onde está o povo que se ergue e se levanta, como dizia

Camões, onde está este povo que vai se levantar contra, eu pergunto aos homens da Oposição, que ironicamente me criticam, quantas vezes eles vieram àquela tribuna para defenderem as famílias enlutadas, que são horrendamente vilipendiadas pelos traficantes de maconha, esses sim merecem o paredão, estes sim, sempre defendidos pelos homens da Oposição, estes sim merecem policiais, porque a família brasileira, a família cristã está em primeiro lugar e, muitas vezes, o fim justifica os meios. São necessários policiais truculentos, para que se ponha um paradeiro neste tráfico de maconha do submundo, principalmente aqui no Brasil, que é um dos países onde os traficantes de maconha nunca foram condenados pelos homens da Oposição. Porque não vêm eles aqui para condenar os homens que infelicitam toda a família brasileira?

Obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Concedo o aparte ao Sr. Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares — Apenas só inicialmente, dizer ao nobre Deputado Gabriel Manoel, que ele sofre de amnésia ou está fingindo de que é um esquecido.

Porque, eu posso encaminhar ao seu gabinete, alguns pronunciamentos que eu fiz aqui, e alguns depoimentos que eu prestei inclusive na CPI da Violência no Senado Federal, onde eu reprimi violentamente o tráfico de entorpecentes e, o que é pior, o acobertamento do tráfico por policiais.

Agora, no que diz respeito, à colocação de Vossa Excelência, eu diria que é uma questão de enfoque. Vossa Excelência tem razões suficientes para acreditar no atual Diretor da Polícia Civil mas, eu não tenho e digo porquê: já levei ao conhecimento do atual Diretor, inúmeros casos concretos de crimes ocorridos neste Paraná e eu não vi nenhuma providência séria, a altura de parte de Sua Senhoria que pudesse, fazer com que eu acreditasse nas suas ações. Então, nobre Deputado, eu também conheço muito bem Vossa Excelência, sei que também é um homem que ao longo dos anos vem lutando ora, em defesa da classe policial ora, criticando com razão. Tem tido um comportamento bastante coerente com aquilo que eu conheço de Vossa Excelência no que diz respeito à Polícia Civil. Mas, o atual Diretor da Polícia Civil, junto com o atual Secretário, eles têm deixado muito a desejar diante de fatos concretos. Seria até repetitivo a gente voltar a tocar aqui no assunto da corrupção. É muito cômodo o Sr. Secretário dizer pela imprensa, que é só eu indicar o nome dos policiais corruptos que ele toma providência.

Eu acho isso uma posição muito cômoda, não é a minha função. Eu não sou do SNI, não sou dedo-duro, não sou da segunda Sessão do Exército, da Quinta Região, não sou da P2, eu não sou do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública. Agora, o Secretário tem poderes, ele tem estrutura para checar informações que lhe são dadas através da imprensa, pessoalmente, por cartas anônimas e eu não tenho visto, nem ele e nem o atual diretor da Polícia Civil, tomar alguma providência concreta diante de inúmeros outros casos, não só diante desse.

Agora, o problema realmente aí, — é de enfoque. Eu tenho razões para não acreditar neles.

O SR. NELSON BUFFARA — Deputado José Tavares. Diz Vossa Excelência que é uma questão de enfoque, de ponto de vista, ou de enxergar desta ou daquela forma, perfeito. Se Vossa Excelência me trazer, aqui nesta Casa, eu sempre agi coerentemente e sempre agirei coerentemente, eu não tenho diverso e não abro mão de um direito que eu tenho, sou coerente às últimas consequências, se, Vossa Excelência me trazer um fato concreto de uma denúncia grave que Vossa Excelência fez ao Diretor da Polícia Civil, e que ele não tivesse por omissão, por irresponsabilidade, tomado providência, eu estarei com Vossa Excelência.

O Sr. José Tavares — Vou dar uma para Vossa Excelência ser o portador dela, apesar de eu já ter dito ao Secretário

e ao Diretor, o jogo do bicho em Londrina é uma vergonha, e o Delegado de Londrina, recebe 295 mil cruzeiros por mês, sobre o jogo do bicho:

O SR. NELSON BUFFARA — Formalize essa denúncia em termos aqui na Assembléia, que eu estarei do seu lado.

O Sr. José Tavares — Está formalizada e ratifico em qualquer lugar, está ratificada, recebe 295 mil cruzeiros por mês sobre o jogo do bicho.

O SR. NELSON BUFFARA — Ratifique através de Expediente Deputado, hajá com responsabilidade que estarei do seu lado. De nada adianta a sua bravura se não agir oficialmente mas, oficialmente através de Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está com a palavra na tribuna o Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Resolução n.º 48/80, de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, subscrita por diversos Srs. Deputados, constante do expediente. — **Junte-se ao Projeto referido.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 29 Srs. Deputados.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu queria comunicar à Mesa, justificando as ausências dos Deputados Renato Bernardi e Waldyr Pugliesi que viajaram à Brasília, na tarde de hoje, em missão partidária. E deverá chegar depois, às mãos de Vossa Excelência um comunicado oficial da viagem dos dois companheiros nossos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que não tendo respondido a chamada, os Srs. Deputados, obviamente levarão as faltas, entretanto, após a Comissão Executiva receber o pedido de justificativa, de falta dos nobres Deputados, as mesmas não serão computadas.

Responderam a chamada 29 Srs. Deputados. Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da Sessão.

A Mesa registra a presença em nosso plenário, do Sr. Senador José Richa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 48/80, (Mens. Govern. n.º 46/80), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de órgãos que especifica e o Município de Apucarana, que objetiva a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido Município. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 38/80, que suspende por inconstitucionalidade, nos termos de decisão definitiva do egrégio Tribunal de Justiça, nos autos da arguição de inconstitucionalidade n.º 1/78, a execução da Lei n.º 587, de 28 de fevereiro de 1978, do Município de Ibiporã. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/80, oriundo

de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 45/80, (Mens. Govern. n.º 40/80), que aprova os Convênios celebrados pelo Estado do Paraná com os Municípios de Assaí e Maringá, destinado ao Controle da Erosão Urbana, conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. — **Encerrada a discussão.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 46/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 54/80, (Mens. Govern. n.º 52/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte e os Municípios aqui nominados, que objetiva a execução de obras e a união de esforços no sentido do maior desenvolvimento da cultura. — **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/80, oriundo do Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 49/80, (Mens. Govern. n.º 47/80), que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Foz do Iguaçu, e o termo de re-ratificação objetivando a execução de obras de implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município. — **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 50/80, (Mens. Govern. n.º 48/80), que aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado, através dos órgãos que especifica e o Município de Cascavel, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, com o apoio dos Srs. Deputados José Domingos e Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Maria Heofacker. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Ramon Fraiz Calixto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando votos de aplauso e congratulações ao jornal "Indústria e Comércio", que em data de hoje comemora sua milésima edição. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro do Planejamento, encarecendo imediata revisão da decisão de realizar cortes de verbas ao PRODOPAR. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de encarecer seja reequipado o Batalhão da Polícia Militar do Município de Paranaguá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Justiça, em forma de pedido de informações sobre a aquisição de terreno para a construção da Penitenciária Regional. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 63, 66, 67, 70 e 94/80, e de Resolução n.ºs 26 e 38/80.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 41, 42, 43 e 46/80.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/80.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 105/80.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 178/79 e 92/80.

Levanta-se a sessão.